

Bruno Pastre Máximo

O MBANZA KONGO/SÃO SALVADOR DO CONGO E O REINO DO KONGO NA HISTORIOGRAFIA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX

Mbanza Kongo/São Salvador do Congo and the Kongo kingdom in Portuguese colonial historiography of the 20th century

RESUMO: Este artigo busca apresentar o papel da cidade de Mbanza Kongo/São Salvador do Congo e o Reino do Kongo nos trabalhos historiográficos coloniais portugueses do século XX. Em um primeiro momento, os pesquisadores seguiram as interpretações do século XIX, que apontavam um reino do Kongo enquanto Estado poderoso e soberano, com a colonização sendo realizado por um ato de diplomacia e vassalagem. Em um segundo momento, a partir dos anos 1940, os autores mudam a interpretação, classificando o reino do Kongo como sendo bárbaro, e que somente com a chegada e colonização portuguesa, que se foi fundada a cidade de Mbanza Kongo e houve a criação do Estado do Reino do Kongo.

PALAVRAS-CHAVE: Reino do Kongo; História de Angola; Mbanza Kongo; São Salvador do Congo.

ABSTRACT: This article seeks to present the role of the city of Mbanza Kongo / São Salvador do Congo and the Kingdom of Kongo in Portuguese colonial historiography works of the 20th century. At first, the researchers followed the interpretations of the 19th century, which indicated a kingdom of Kongo as a powerful and sovereign state, with colonization being carried out by an act of diplomacy and vassalage. In a second moment, from the 1940s, the authors change the interpretation, classifying the Kongo kingdom as being barbaric, and that only with the arrival and Portuguese colonization, the city of Mbanza Kongo was founded and the creation of the State of the Kingdom of Kongo.

KEYWORDS: Kongo Kingdom; History of Angola; Mbanza Kongo; São Salvador do Congo.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

O MBANZA KONGO/SÃO SALVADOR DO CONGO E O REINO DO KONGO NA HISTORIOGRAFIA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX

Bruno Pastre Máximo¹

A cidade de Mbanza Kongo/São Salvador do Congo foi pela primeira vez visitada pelos portugueses no final do século XV, e, em um movimento até hoje ainda não bem compreendido, de forma única, o Ntotila/Rei do Kongo recebeu os portugueses em sua corte, e aceitou não somente estabelecer relações diplomática, mas também se converter ao cristianismo. Nesta situação, Portugal passou a considerar o Reino do Kongo como Estado aliado e amigo, e iniciou um movimento de envio de missionários católicos como também de administradores, professores e pedreiros que iriam mudar a sociedade Kongo. A própria cidade de Mbanza Kongo foi alvo de intensa modificação, com a construção de edificações de pedra, como igrejas, casas e palácios, algo inédito na região, caracterizada por construções de palha e madeira. Os portugueses também foram responsáveis por inserir o Reino do Kongo em uma ampla rede comercial, que inevitavelmente iria dragar o Reino para a maldição do tráfico de escravizados que imperou desde o século XVI até o XIX.

A presença portuguesa no Reino do Kongo, no entanto, nunca foi além de uma participação diminuta de alguns missionários e regedores, não podendo nunca se caracterizar como domínio ou conquista colonial. Os vestígios desta situação diplomática existem até hoje na cidade de Mbanza Kongo, sendo o núcleo central da nomeação da cidade como patrimônio Mundial da Unesco em 2017.

Neste artigo buscamos fazer um levantamento sobre o papel da histórica cidade de Mbanza Kongo/São Salvador do Congo para os historiadores portugueses do século XX. No século XIX a cidade foi o epicentro de uma intensa disputa colonial envolvendo potências coloniais europeias, que reivindicavam a região. Missionários ingleses batistas chegaram a cidade em meados do século XIX para buscarem, além do discurso de levar a “civilização” aos “selvagens”, ampliar a influência britânica na região, e denunciar o descaso com que os portugueses estavam administrando a região. Em uma rápida ação o Estado Português envia uma missão católica chefiada por Barroso, para contrabalançar as reivindicações britânicas e garantir a soberania lusitana sobre os territórios do Reino do Kongo. Os historiadores ligados principalmente a Sociedade de Geografia de Lisboa partiram para uma avalanche de publicações, todas buscando fundamentar a posse da região pelos portugueses com base nos “direitos

históricos”. No século XX, já consolidada a posse do território, os estudos históricos sobre o Reino do Kongo e sobre a cidade sofrem alterações na perspectiva, que apresentaremos para conhecimento dos leitores.

A conquista de uma grande cidade: São Salvador do Congo de 1900 até 1938:

*A data das descobertas, era São Salvador do Congo (...) centro importante do início da nossa ação missionária. Existiram diversos conventos e dêsse valioso passado restam as ruínas da velha catedral e o cemitério dos antigos Reis do Congo. (...) São Salvador foi a séde do primeiro episcopado português destas terras africanas. Está, portanto, esta terra indissoluvelmente ligada ao nome de Portugal e à sua acção ultramarina, com tôdo o abnegado espírito de sacrificio, impellido pelo ânimo forte da aventura que iluminou os nossos antepassados e que consolidaria um império (...)*²

Os quarenta primeiros anos do século XX registraram uma redução drástica no número de estudos e pesquisas sobre o reino do kongo. O grande volume de publicações no final do século XIX estava diretamente relacionado à disputa política pela posse dos territórios na região (MAXIMO, 2018). Após a divisão dos territórios do antigo reino do kongo em três colônias – Congo Português, Congo Belga e Congo Francês (África Equatorial Francesa) – os intelectuais portugueses se voltaram a outras questões, e a disputa política que motivou a produção do conhecimento, agora acomodada com o resultado final do congresso de Berlim, se esvaziou.

Durante o século XX, os intelectuais colonialistas portugueses não precisavam mais provar para outros países a importância da história portuguesa ao reino do kongo. Fazendo um balanço, podemos observar que a produção se concentrou principalmente nos anos de 1930, e os autores tratavam do reino do Kongo de forma secundária, sendo o foco principal a epopeia da conquista de Angola pelos seus diversos governadores. A narrativa histórica referia-se basicamente a dois momentos: a chegada de Diogo Cão, compreendendo o batismo de Nzinga-Nkuwu e o reinado de Afonso I, e a batalha de Ambuíla. Os autores não citam suas fontes, e se baseiam nos textos mais populares – João de Barros, Rui de Pina e Pigafetta – para fazerem suas análises. Não há a intenção de se realizar uma história do reino do Kongo, mas a da presença portuguesa em África.

O jornalista e administrador colonial Alberto Lemos, em 1929, publicou, pela imprensa oficial de Angola, um livro que se tornou um marco, nas palavras do diretor dos serviços de instrução pública em Angola.

¹ Bruno Pastre Máximo. Arqueólogo – Museu Amazônico – Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em Arqueologia pelo PPGAn/UFGM. pastrebruno@gmail.com

² A.C.J. Do Passado ao futuro de São Salvador do Congo. *O APOSTOLADO*, 18/02/1939, p. 5.

Temos, enfim, publicada a primeira “História de Angola”. Êste acontecimento não é banal. Não se trata do simples aparecer de mais um livro na bibliografia angolana. Trata-se, na verdade, de uma obra que merece sério realce, grande destaque, não só nas letras da Colónia, mas na de todo o país, pois é a primeira vez que vemos um trabalho completo, sôbre a história da grande Angola (LEMOS, 1929, p. 5).

O livro dele foi amplamente utilizado no sistema de ensino de Angola, “ (...) não havia um único livro que no assunto pudesse instruir o professor das nossas escolas (...) preencheu-se agora a lacuna” (LEMOS, 1929, p. 7), e aparece nas referências dos principais trabalhos posteriores. No seu texto, o reino do kongo é secundário, se centrando a maior parte da análise no estudo da administração colonial dos séculos XVI ao XIX. São descrições dos feitos realizados pelas centenas de governadores, suas políticas e guerras de conquista do território. Como não poderia deixar de ser, na visão portuguesa, o reino do Kongo apareceu no início da obra, como parte dos primeiros esforços colonizadores de Angola. O reino do Kongo, assim como para os trabalhos do século XIX, é um reino (império) poderoso e soberano:

Na data destas navegações e descobertas, encontraram os portugueses, estabelecidos, nos territórios ao sul do Zaire ou rio do Congo até à foz do Cunene e penetrando pelo interior até aos rios Cuango e Cuito, – um vasto império sob a hegemonia da raça Ba-Fiot (I), cujo reino se limitou inicialmente, e por algum tempo, aos territórios dos actuais distritos do Zaire e Congo, e regiões ao norte e a oriente em território belga (LEMOS, 1929, p. 21).

Encontrado este poderoso Estado, os portugueses começaram a sua missão de civilizar o reino, “chega[ndo] a S. Salvador, capital e côrte do reino do Congo (...)”, estabelecendo uma “ (...) aliança entre o reino do Congo e o de Portugal”, e deste movimento, “Pouco a pouco, os reis do Congo foram obtendo uma maior civilização, melhorando as suas condições de vida e os seus processos de governo” (LEMOS, 1929; p. 22). Com a invasão dos Jagas, no último quartel do século XVI, o reino do Kongo teve que recorrer a auxílio militar português. “A invasão jaga foi fatal ao império congolês que, apesar do auxílio lusitano, não pôde ser inteiramente reconstituído. ”, e a consequência foi que “O rei do Congo passa a ser vassalo do rei de Portugal, e o seu reino fica sobre protetorado da Nação lusitana (...)” (LEMOS, 1929; p. 23).

O reino do Kongo só aparece novamente no livro, na parte sobre a batalha de Ambuíla. Este poderio do reino do kongo antigo era um consenso entre os principais estudiosos da época, como o pesquisador ligado à Escola Superior Colonial, Antônio de Almeida:

A grande monarquia do Congo ia, literalmente, de Pinda ao Cabo Negro e, internando-se no sertão, abrangia metade da extensão da nossa Angola actual e

mais dois terços do Congo Belga. Era governada por um grande soba – o imperador – suserano da confederação dos dembados, sobados e sobetados, hierarquicamente reunidos à semelhança de uma organização feudal. (ALMEIDA, 1938, p. 10)

Sem muito explicar o que entendia por “confederação” ou organização feudal, o autor busca uma aproximação grosseira para o leitor entender o poderio do reino do kongo – marcado principalmente pela grande quantidade de território conquistado e uma política imperial expansionista. Cunha compartilha da interpretação de Almeida, e valoriza a ação portuguesa em se relacionar com o reino:

O Congo era um grande império indígena, e foi teatro da política civilizadora manuelina, na tentativa de transformar esse império no reino cristão do Congo, sem intuítos guerreiros ou de conquista, mas pelas relações religiosas e comerciais, como pensou D. Manuel, nos seus planos de grande imperial. D. Afonso I mostrou-se sempre dedicado a Portugal, como foi sempre filho submisso da Igreja (CUNHA, 1939, p. 160).

O trabalho de Villas se propõe ser uma síntese da história colonial portuguesa, com capítulos sobre Angola. De forma geral, ele segue a mesma narrativa histórica de Lemos, mas insere nas características do reino do Kongo uma perspectiva racialista:

Portanto o Congo representava organização superior durando havia cerca de duzentos e cinquenta anos, à chegada dos Portugueses. O gentio era dotado de qualidades – segundo o dito Pároco – que o faziam destacar dos outros Negros até êste momento conhecidos, nas relações com estranhos, nos usos menos selváticos – embora não esquecidos, por vezes, da antropofagia – na tendência para aceitarem inovações como se dava com a nossa chegada (VILLAS, 1938, p. 34).

Villas coloca o reino do Congo como uma organização superior. Superior aqui entendido em termos raciais. Os povos eram racialmente superiores aos das regiões adjacentes. Tinha qualidades, mas não conseguia superar questões da evolução como a antropofagia, e principalmente, os métodos de construção:

Porém, a-pesar-de tôdas as qualidades registradas, a civilização Congolesa parára, como tôdas as dos restantes. Negros nas construções ligeiras, quási improvisadas, do que os Africanistas chamam pau a pique – definidoras destas Civilizações (...) (VILLAS, 1938, p. 64).

Qual o papel da cidade de São Salvador na narrativa histórica? A cidade sintetiza este glorioso esforço português na região, que compreende a construção de edificações, a utilização da língua portuguesa, a religião católica e os hábitos e costumes. Neste momento, assim como no século XIX, os vestígios de edificações em pedra, de São Salvador, significam – de forma muito enfática – o processo civilizatório realizado pelos portugueses, que, através da difusão destes mé-

todos de construção, procuraram retirar os congolezes desta estagnação, ou, como melhor resume Villas, “ (...) o Congo represent[a] a mais perfeita e progressiva organização gentílica que o Descobrimento encontrou em todo o seu caminhar” (VILLAS, 1938, p. 64).

Esta paisagem construída da elite portuguesa sobre a cidade, e o reino do kongo, se reflete nas descrições realizadas por viajantes e missionários que estiveram na cidade. A cidade ordinária estava lá, descrita em toda a sua melancolia, por Julião Quitinha, que a visitou em 1928:

Nos môrros da decrépita Ambassi acendem mais fogueiras, e eu passo triste ante os altos túmulos dos reis negros, tocado da melancolia que se exala das ruínas. (...) Por mais que procurei, pouco vi que ao meu espírito falasse dessa velha côrte de São Salvador, o famoso “Kongo dia Ngunga” (Congo dos Sinos) assim chamado entre o gentio, devido às muitas igrejas e conventos que ali existiram e que usavam grande sino para a chamada dos fiéis. Bem rara qualquer memória evocativa das grandes embaixadas negras (...) que subiam ao “Kongo dia Ntotela” (Congo do Rei), então côrte dos grandes negros sôb o domínio de Portugal, a governarem o vastíssimo Congo (...) Nada do resto dêsse luzido prestígio indígena que mantinha embaixadores nas cortes de Portugal e Santa Sé (...). Apenas entre velhas palmeiras as ruínas da Sé, alguns túmulos reais, e a frondosa e secular árvore da fôrca em frente à real banza (QUINTINHA, 1929, p. 182).

Ele evoca o passado para valorizar a sua estada e sua viagem à cidade. Um antigo símbolo de poder e da conquista portuguesa, que se encontra em ruínas (Fig. 1 e Fig. 2). De toda a civilização e glória portuguesa no passado, apenas restam os três elementos-chave componentes do lugar Kulumbimbi – as ruínas da sé, os túmulos dos reis do Kongo e a árvore Yala-Nkuwu “da fôrca” (MÁXIMO, 2019a). Os ideólogos coloniais se importavam muito mais com o passado que com o presente da cidade.



Figura 2 - “Ruínas do antigo cemitério dos reis do Congo” In: Mattos, José. O Congo Português e suas riquezas. 1924.



Figura 1 - “Ruína da antiga catedral da Sé de São Salvador do Congo” In: Mattos, José. O Congo Português e

No periódico católico *Missões do Congo e Angola*, a cidade, e as ruínas, são algumas vezes citadas, sempre com referência direta entre o passado glorioso da presença portuguesa e as ruínas: “De tantas glórias passadas restam-nos umas relíquias que são objeto da cobiça de muitos (...)”³, “Não se pode ir ao Congo, e sobretudo a S. Salvador, sem evocar um passado glorioso, sem recordar os belos inícios da acção missionária naquelas terras (...)” (PINHO, 1937, p. 289), “A gente do Congo, e especialmente a de S. Salvador, difere bastante das outras populações da Colónia: raça fidalga, mais adiantada e cõnsia da sua superioridade” (PINHO, 1936, p. 135).

Aqui verificamos que os autores corroboraram, em grande medida, com as interpretações existentes sobre a cidade e o reino do kongo no século XIX. A paisagem de glória portuguesa foi mantida e valorizada por estes autores que escreveram sobre a cidade. Algumas características são chaves para entendermos a ruptura existente nos autores portugueses nos anos posteriores. Estes autores, apesar de serem ferrenhos apoiadores da colonização portuguesa, observaram que o reino do kongo era, antes da chegada dos portugueses, um Estado propriamente dito, com uma configuração administrativa hierarquizada e semelhante a um reino. O seu governo era feito por um rei kongo que governava uma grande região, sendo muito poderoso. Era um reino antigo, já encontrado pelos portugueses, que pela sua atitude de recepção aos portugueses e conversão ao catolicismo, se configurava como um povo (racialmente) superior aos demais, e que buscou se assimilar à civilização transmitida pelos portugueses, e consolidada com a vassalagem do reino à coroa portuguesa.

2. 4 - Sem farólias: a invenção do Reino do Congo pelos Portugueses – (1938-1975)

Tinhamos em volta de nós, em sombras recortadas pelo luar, fantasmas de quatrocentos e cincoentas anos de História de Angola. Era aqui a capital das terras do Manicongo, o coração do grande império negro, com o qual descobridores de Angola entraram em contacto, logo após a descoberta. (...) Eu creio, sem farólias de investigador, que talvez êsse grande Império não fôsse senão uma confusão gentia, sem ordem nem lei, ao sabor das marés guerreiras que traziam e levavam povos bárbaros – e que nós chegámos exactamente quando os congueses tinham acabado de varrer, ou de comer, os abundos instalados, e aqui dominavam, tão precariamente como outros tinham dominado. Foi no que assim estava que vimos a imagem de um Império. Com as suas idéias europeias, o descobrir não pensou sequer que o chefe da horda, não fôsse um Rei, como era o Rei que servia, e como o tal o teve e tratou. Inventou-se assim o Rei do Congo e, por consequência, o Reino do Congo (...). E assim, imaginando um Império inexistente, porque se julgava que todo o mundo devia estar politicamente organizado como a Europa – fizemos surgir um Império verdadeiro (GALVÃO, 1942, p. 182 - 183).

³ A.T. O Reino do Congo. *Missões de Angola e Congo*. Braga, ano I, vol. 4, maio-junho de 1921, p. 52.

A invenção do reino do Kongo. Após décadas de valorização do reino do Kongo, defendendo-o como um reino autônomo, africano e submetido pelos portugueses, o reino passa a ser uma invenção de mentalidade europeia, em um primeiro momento, e com a ação portuguesa, passa a se configurar em um Estado.⁴ O primeiro autor consultado que sugere tal interpretação ocorreu no livro de Figueira, *África Bantu*. O trabalho, baseado principalmente nos seus 25 anos de vivência em Angola; e bibliografia, se coloca como o primeiro “ (...) documentário etnográfico de Angola (...) que abrange todos os indígenas, todas as raças” (FIGUEIRA, 1938, p. 1), com objetivo de servir de guia para atuação do funcionário colonial.

Sua preocupação principal no texto é dialogar com outros africanistas sobre características sociorraciais dos povos bantu. Desta forma, ele se utilizou desta bibliografia para sustentar seus argumentos. Com base nestes estudos, e em alguns cronistas, a chegada dos povos kongo se deu pouco antes da presença portuguesa. Comentando um documento publicado por Paiva Manso e Ravenstein, o autor afirmou:

Êstes factos [chegada dos kongo], pelas indicações tradicionais, devem ter-se passado por meados do século XV, época relativamente recente à chegada dos portugueses ao Congo, de aí o condizerem com outras narrativas que o confirmaram (...) (FIGUEIRA, 1938, p. 315).

A população da região era composta por “Ambundos eram a maioria dos habitantes, apesar de já imperar o congus, dos conquistadores” (FIGUEIRA, 1938, p. 302). São Salvador era, portanto, uma cidade recente, construída pelos conquistadores para abrigar os seus chefes.⁵ Foi com a chegada dos portugueses que a situação se alterou. De forma enfática, Figueira afirmou:

À data da chegada de Diogo Cão, em 1482, o Congo não existia! Aquêl Império passou a ser conhecido, vulgarizado ao Mundo sob aquela designação no regresso dos portugueses, após a descoberta (FIGUEIRA, 1938, p. 313).

O conhecimento dos portugueses trouxe à luz (do mundo “civilizado”) o reino do Kongo. Os reis se tornaram importantes devido à presença portuguesa, que os deu poder: “Os reis do

⁴ Em 1895, no trabalho *George Greenfell and the Congo*, o autor, Johnston, ao analisar a documentação histórica, levanta e sugere uma opinião semelhante. Para ele, o rei do kongo não era tão poderoso assim, “Os portugueses exageraram e mesmo a importância local e o poder desta chefatura Congo (...)”, (JOHNSTON, 1910; p. 70, vol. 1), Afirmando que na verdade não era um reino, mas uma confederação: “Os padres do século XVII levaram para a Congolândia as ideias políticas da Itália (...). Então o Reino do Kongo, o que era provavelmente no seu apogeu mais poderoso uma confederação de chefaturas a norte e sul do Baixo Congo, devendo uma vaga reverência ou aliança para a mais antigas das chefaturas estabelecidas em Mbanza (São Salvador), foi dividida por geógrafos Italianos e Portugueses (cujo os Franceses e Flamengos copiaram) em condados, Grande ducados, Principados.” (JOHNSTON, 1910, p. 75. vol. 1).

Congo, cuja importância lhe proveio da descoberta do Zaire e, conseqüentemente, da protecção dispensada pelos portugueses (...)” (FIGUEIRA, 1938; p. 308). Foram os portugueses que deram poder ao monarca e criaram o reino:

Por êste título arrogavam Império dilatado onde, de facto, não mandavam; onde à custa do prestígio levado ao Congo, pela influência portuguesa e auxílio das respectivas fôrças militares, conseguiram que alguns chefes se tornassem seus vassallos! Venceram os jagas – da mesma tribo – e tantos outros rebeldes, graças ao esforço dos soldados portugueses, da aliança, vassalagem e suserania prestada aos monarcas de Portugal. Se não fossem estas ajudas e auxílios, os próprios súbditos, os vassallos fãcilmente venciam os reis do Congo, contra quem freqüentemente se revoltavam! (FIGUEIRA, 1938, p. 309).

Figueira rompeu com a historiografia anterior a não considerar o reino (império) do Kongo como sendo um Estado de origem africana. Sem a ação dos portugueses – pela descoberta, divulgação no mundo, dominação e apoio militar – o reino nunca ter-se-ia formado, já que ele era muito fraco. São Salvador, a capital, deixou de ser um lugar de ancestralidade kongo, e surge como sendo um trunfo da criação recente do período colonial português, “S. Salvador, é hoje um montão de ruínas, de escombros, é terra abandonada, apesar de ter sido capital do império do Congo durante três séculos e meio!” (FIGUEIRA, 1938, p. 312). Estas interpretações de Figueira influenciaram toda uma geração de autores que a tomaram como referencial nas suas obras e aprofundaram-na. Todos possuem um elo em comum – são agentes diretos da administração colonial com atuação na região do Congo Português. Todos estiveram no Congo português e tomaram suas experiências empíricas como referenciais principais para analisar o passado, a cidade de São Salvador e as ruínas arqueológicas.

Henrique Galvão esteve em São Salvador e, com uma certa arrogância, despreza os trabalhos de investigadores, classificados como farólias, e se coloca uma autoridade no assunto. Ele, em poucas páginas, faz diversas afirmações, não citando fontes nem referências. A referência é o seu papel de colonialista e jornalista de sucesso na época. Em obra de dois tomos sobre Angola, permeada por mais puro africanismo (SAID, 2007; MUDIMBE, 2019), o autor faz um texto jornalístico, apelativo e pobre. Corroborando com as interpretações de Figueira, o autor também considera como marco de fundação do reino a chegada dos portugueses: “Com o baptismo do Rei do Congo, também nomeado D. João, formou-se verdadeiramente o Reino e a sua cristandade, sob uma forma de discreto protetorado de Portugal (...)” (GALVÃO, 1942, p. 185). Todas as características que configuram um Estado foram introduzidas pelos portugueses,

⁵ Esta interpretação é radicalizada pela autora, Archer, que em 1940, recusa a origem kongo da cidade, ao atribuir a fundação da cidade pelos próprios portugueses: “A cidade de São Salvador, delineada no mesmo chão em que ainda hoje existe, começou logo a ser construída [pelos portugueses].” (ARCHER, 1940, p. 79).

A verdade é que muito deveram aos portugueses – a missionários que se estabeleceram de raiz e que da sua acção deixaram, no espaço e no tempo, obras imorredoiras; a tropas que os aguentaram no mando e os fizeram Império; a artífices que lhes ensinaram as suas artes; a comerciantes que, além das riquezas que movimentaram, foram muitas vezes agentes políticos para a vassalagem de alguns povos (GALVÃO, 1942, p. 186).



Figura 3 - “Um julgamento perante o rei do Congo” In: GALVÃO, 1942.



Figura 4 - “Suas Majestades os Reis do Congo, D. Pedro VII e D. Isabel.” In: GALVÃO, 1942.

A obra de Galvão, um popular jornalista reconhecido com o livro *Antropófagos*, foi de ampla difusão em Lisboa, aumentando o imaginário exótico sobre Angola, e sobre a África. O reino do Kongo deixou de ser uma glória de conquista, submissão, para ser a grande obra da construção de uma sociedade civilizada em África.

Seguida desta obra podemos observar as pesquisas de dois agentes coloniais. Eles se inserem em um movimento do Estado colonial em se opor às narrativas históricas nacionalistas kongo, como uma estratégia de luta anticolonial. O primeiro estudioso a corresponder ao chamado foi o futuro ministro do Ultramar português, e então pesquisador de movimentos associativos em Angola, J. M. Cunha. Em dois relatórios – o primeiro não publicado, o segundo, sim – dos anos de 1956 e 1957, ele reproduziu a interpretação da invenção do reino.

A expressão Reino do Congo foi adoptada pelos portugueses logo que se estabeleceram os primeiros contactos mas, o certo é que lhe faltava propriedade porque o “Reino” tinha a estrutura habitual de todas as grandes unidades políticas da África Negra: simples aglomerado de povos cujos chefes eram vassalos ou tributários do chefe de um grupo militarmente mais forte que sobre eles tinha estendido o seu domínio (CUNHA, 1956, p. 95).

Com a chegada dos portugueses, iniciou-se um “ (...) período inicial de aculturação intensa (...) ” (CUNHA, 1958; p. 13), que a cultura “ (...) conguesa absorveu da nossa e adaptou aos seus padrões” (CUNHA, 1958; p. 78), a partir das relações hierárquicas entre as duas culturas, já que a inferior, kongo, assimila a cultura superior portuguesa. Sendo a cidade de São Salvador, o lugar de encontro, um verdadeiro laboratório:

Banza Congo, que depois veio a tomar o nome de S. Salvador, era a base onde se processava o contacto directo e, ao mesmo tempo, o laboratório onde se operava, naturalmente, a escolha dos novos elementos culturais aproveitáveis e a rejeição daqueles que a cultura local não podia receber e adaptar aos seus padrões (CUNHA, 1958, p. 153).

Se aparentemente surge uma agência local na escolha, devemos sempre lembrar que as análises de Cunha estão calcadas em uma questão de hierarquia social. Portanto, não é uma agência no sentido de uma escolha voluntária dos kongo, em adotar ou não, que está em questão, mas se eles são racialmente aptos a adotar tal cultura de acordo com o seu nível de evolução social. O influente papel que Cunha exercia já durante a escrita dos relatórios, quando era docente da *Escola Superior Colonial*, foi ressaltado com a sua nomeação em ministro do Ultramar em 1965.

Outro autor crucial para entendermos a composição da paisagem portuguesa sobre a cidade de São Salvador foi o militar Hélio Felgas, que ocupou o cargo de governador do Congo Português durante os anos de 1955-1961. Enquanto esteve no cargo administrativo, Felgas publicou muitos textos sobre a região, compreendendo diferentes aspectos – mas todos com a finalidade clara de alertar aos seus superiores e a população de Angola dos perigos iminentes que rondavam a região e a própria colônia. Sobre história, o autor publicou um livro, que analisaremos, e também capítulos em outras obras. De todos os autores que defenderam a interpretação de “invenção” do reino pelos portugueses, Felgas é o que possui um repertório de pesquisa muito maior, com uma ampla pesquisa na bibliografia disponível e na documentação publicada. Cheia de referências e notas de rodapé, o autor buscou defender esta posição com base nos textos históricos.

Na época da chegada dos portugueses, “ (...) o chamado reino do Congo não era mais que uma manta de retalhos mal cozidos e há pouco tempo” (FELGAS, 1958, p. 38). Convertido o primeiro “soba”, feito rei pelos portugueses, foi com Afonso I que se deu o processo intenso e rápido de assimilação no Kongo, “ (...) D. Afonso I, que valeu mais do que todos os outros seguintes e que procurou, na verdade, aproveitar o auxílio dos portugueses para fazer dos súbditos, entes civilizados à imagem e semelhança dos europeus” (FELGAS, 1958, p. 12). Seu intento, no entanto, não teve sucesso, ressaltando os “(...) perigos que acarreta a concessão precipitada de

autonomia aos povos atrasados” (FELGAS, 1958, p. 11), pois após (e antes) do seu reinado, “(...) o Congo não foi mais que um amontado de reinos e sobados, guerreando-se uns aos outros quase constantemente e só episodicamente se subordinando à hegemonia de Banza Congo” (FELGAS, 1958, p. 37), ou dizendo de outra forma, “No meio do século XVII, o Congo está como quando Diogo Cão o descobriu: isolado, esquecido, roendo-se em lutas intestinas, sem administração e sem coesão” (FELGAS, 1958, p. 13).

A obra do autor, já lançada em meio aos conflitos envolvendo a nomeação do rei do Kongo e com duras críticas de partidos nacionalistas kongo, como a UPNA e ABAKO (MÁXIMO, 2017, especialmente capítulo 4), é mais um panfleto político, e uma dura crítica à intenção dos independentistas de restaurarem um reino soberano. É um recado para como é o reino do Kongo sem os portugueses: o caos. Este caos é o estado natural das populações kongo, sempre em conflito, e que sem a administração e civilização portuguesa para intervir, ficam à mercê de sua natureza anárquica, atrasada: “Os Muxicongos eram indígenas muito atrasados que não conheciam a escrita, nem a roda, nem as estradas, nem as construções em pedra, nem os meios de transporte, etc” (FELGAS, 1959, p. 9) que sem a presença portuguesa, leva à decadência, “é curioso que sempre que os portugueses abandonaram um local onde haviam permanecido, logo se notava a queda da actividade, o desassossego local, a decadência enfim.” (FELGAS, 1958, p. 109) São Salvador foi interpretada como uma cidade construída pelos portugueses, e cuja:

(...) importância foi sempre muito exagerada” pelos cronistas. Tudo o que se observa como de prestígio na cidade foi fruto da assimilação, a construção de um palácio de pedra, (...) a Corte tomou (ou quis tomar) os hábitos da Corte de Lisboa rodeando-se de um luxo que lhe deu prestígio aos olhos dos simples indígenas. É por isto natural que S. Salvador tivesse adquirido um certo ar de cidade, como tal, que tivesse atraído muita gente (FELGAS, 1958, p. 62).

Também as construções, foram obra e mantidas pelos portugueses enquanto estes estavam lá.

No entanto, enquanto os comerciantes portugueses se mantiveram em S. Salvador, a influência europeia na capital do Congo era grande, havendo várias escolas e igrejas. Destas parece que chegou a haver dez, tendo a primeira construída sido erguida na Praça principal. A igreja de São Salvador tornou-se depois a Sé Catedral, dela restando ainda hoje ruínas. Quase todas as igrejas da cidade foram obra de D. Afonso I, embora construídas por operários portugueses mandados por D. Manuel I.” (FELGAS, 1958, p.63).

A narrativa de Felgas procura de toda forma tomar para Portugal qualquer elemento que possa ser valorizado como sendo kongo. A monarquia é resultado da ação portuguesa. O valor de

São Salvador é por causa das ações portuguesas, seja pelas construções, seja pela assimilação de Afonso I. Em um momento de intensa disputa pelo papel de Mbanza Kongo como legitimador da presença monárquica nacionalista, Felgas desqualificou a argumentação kongo, ao restringir a relevância de São Salvador à sua relação com Portugal, tendo uma única interpretação – a de ter sido construída, valorizada e abandonada – pelos portugueses. Qualquer valor da cidade se deve exclusivamente à ação portuguesa. Resumindo a sua posição, o autor (FELGAS, 1958; pp. 41-42) coloca quatro postulados:

- 1.º - O chamado reino do Congo pouco mais antigo é que a chegada dos portugueses ao rio Zaire.
- 2.º - Tal reino foi fundado por africanos originários de uma região ao norte do rio Zaire, os quais, no final do séc. XIV, invadiram as terras da margem sul, submetendo os chefes indígenas locais que viviam até ai, formando pequenos sobados independentes uns dos outros.
- 3.º - À data da descoberta, o reino do Congo estava longe de se encontrar consolidado. Aliás, nunca o chegou a estar e nem sequer os seus limites foram jamais conhecidos com nitidez. A dependência de muitos sobados indígenas incluídos no reino era meramente teórica e frequentemente esquecida; só a presença portuguesa ao rei do Congo conseguiu dar alguma consistência prática a essa dependência.
- 4.º - Os verdadeiros fundadores do reino do Congo foram os portugueses que resolveram dar ao potentado negro o poder, a influência que ele, como simples soba que era, não tinha nem teria jamais, pois si só (como se verificou mais tarde).

O primeiro, seguindo uma concepção de direito de posse, argumenta que o território que é hoje o norte de Angola foi ocupado quase ao mesmo tempo pelos kongo e pelos portugueses, ou seja, não sendo este um critério que possa definir a legitimidade.⁶ A própria forma como foi estabelecido o reino – tomando as terras de outros povos, e a falta de capacidade de administração demonstra como os invasores não conseguiam gerir o território controlado, e portanto, não podem alegar direito de ocupação. O reino nunca existiu como um Estado, foi sempre uma anarquia política, que nunca conseguiu se consolidar nem impor o seu controle sobre as organizações políticas menores. Tudo o que possa ser valorizado no reino do Kongo – a criação do estado, a cidade de São Salvador, a monarquia – deve-se única e exclusivamente à ação portuguesa na região, e, portanto, é ela a legítima responsável pelo território.

No século XIX, as ruínas e vestígios arqueológicos em pedra, presentes na cidade de S. Salvador, foram automaticamente entendidos como um legado glorioso da presença portuguesa. Como pudemos observar, até meados dos anos 1930, estes legados foram valorizados pratica-

⁶ Interpretação semelhante existiu na África do Sul, em que a chegada dos europeus era entendida como sendo simultânea à dos grupos africanos, o chamado *Mito da Terra Vazia*, na historiografia sul-africana. Hipótese essa sustentada por diversos autores, entre eles (HOLDEN, 1866).

mente nos mesmos termos, e posteriormente, com a revisão historiográfica com relação ao reino, os vestígios continuaram centrais na interpretação histórica como prova da criação portuguesa no reino.

2. 5 - São Salvador do Congo: Monumento nacional português de 1957.

Desde a última descrição, o impedimento da destruição do arco da Sé do Congo, realizada por Faria Leal ⁷, não temos maiores informações sobre alterações realizadas nas ruínas da Sé do Congo. Aparentemente, o local foi restaurado por um médico chamado Antônio Joaquim de Oliveira, o qual “(...) quase totalmente a suas expensas e com algumas receitas havidas das quotas dos membros e sócios da Comissão Concelhia da União Nacional de que era presidente, mandou vedar aquelas ruínas.” ⁸ Para além deste comentário, nada mais encontramos de alterações nas ruínas, ficando sem um plano de visitação, sendo somente nos anos 1950 que se iniciaram obras para reabilitar o local, transformando-o em como encontramos hoje. Segundo o relatório da *Inspeção da Administração de S. Salvador* de 1959, neste ano foram realizadas obras de “vedação do cemitério reis do Congo” e “Reparação da residência dos reis do Congo”. ⁹

O dia 30 de outubro de 1957 consolidou todo o processo que se iniciou no século XIX, de valorização das ruínas da antiga Sé de S. Salvador e o seu entorno. Em trabalhos organizados pelo arquiteto Fernando Batalha, a Igreja de S. Salvador do Congo foi declarada monumento nacional português, através da portaria n.º. 9938, publicada no *Boletim Oficial* n.º. 44 de 30 de outubro de 1957. Tivemos acesso à documentação existente no *Arquivo Histórico Ultramarino*, que compõe uma pasta de nome “Monumentos de Angola”. Nela há, de forma muito sumária, os motivos que levaram à nomeação do local como *Monumento Nacional*, transcritos do próprio boletim. Transcrevemos na íntegra:

As antigas ruínas da Sé de S. Salvador do Congo, que, como ruínas se encontram em razoável estado de conservação, merecem ser defendidas e valorizadas, por se tratar de um monumento de alto significado histórico e religioso a que está ligado a fundação do primeiro Bispado de S. Salvador no Congo, em 1596, por Bula do Papa Clemente XIII, e ainda, porque, naquele local teria sido levantada, antes, pelos portugueses, a primeira Igreja ao Sul do Equador. Conservando a estrutura geral da planta com a Capela-mór e arco Triunfal, frestas e demais elementos com salientadas características das construções dos fins do nos-

⁷ “O vetusto arco da Sé foi respeitado por imposição nossa, quando o superior da missão católica, c nego Sebastião José Alves, o quis também demolir para lhe aproveitar a pedra!” (FARIA LEAL, 1914, p. 349).

⁸ DE S. Salvador do Congo. *O APOSTOLADO*. 26 de julho de 1958, p. 3.

⁹ RODRIGUES, Antônio do Nascimento. Relatório da Inspeção ao Conselho de S. Salvador do Congo. 1959. P. 58. Não publicado. Entrada no AHU: A2.49.002-40.002.66.

so século XVI, deve considerar-se como um evidenciado padrão da nossa ação civilizadora.¹⁰

Nesta descrição sumária, há a consolidação de todos os motivos e debates existentes anteriormente sobre o papel da Sé de S. Salvador do Congo, atrelando as ruínas definitivamente ao seu passado católico e português. O arquiteto responsável pelo tombamento esteve na cidade por diversos anos, realizando campanhas arqueológicas em alguns sítios, encontrando remanescentes de diversas estruturas. No livro posterior, *Povoações Históricas de Angola*, o autor dedicou um capítulo para a cidade de S. Salvador, realizando, à luz de seus vestígios arqueológicos comparados com a bibliografia, uma narrativa histórica sobre a importância do sítio para a história da colonização de Angola. Na abertura do capítulo ele já deixou claro os motivos de valorização da cidade – seu passado como cidade (e católica):

S. Salvador é uma terra singular no fluir da história da Humanidade. Foi o primeiro centro urbano do hemisfério sul trazido à luz da cultura ocidental e foi também a primeira povoação a sul do Equador a receber a luz do cristianismo e da civilização católica (BATALHA, 2008, p. 12).

O autor seguiu os seus contemporâneos do período (pós-1940) ao defender que o reino não existia antes dos portugueses, que a presença kongo era recente, e a situação que os portugueses encontraram foi “(...) um fruste e bárbaro aglomerado de palhotas chamado Ambasse, sede duma lendária potência gentílica, de povos oriundos de algures, que cerca dum século antes invadira e dominara os povos da região” (BATALHA, 2008, p. 12). A presença portuguesa alterou a região, passando a aglomeração, devido à ação civilizatória portuguesa, a ser “(...) uma urbe digna e integrada nos moldes da civilização europeia. Desde o último decênio do século XV, que ali se fundaram templos e outros nobres edificações, padrões culturais posteriormente difundidos pelo território” (BATALHA, 2008, p. 12). Batalha lamentou a falta de preservação destes padrões, restando somente as ruínas da Sé e o que guardam, de forma abundante, o subsolo da cidade, onde:

(...) raramente se escavará o solo sem encontrar alicerces das antigas construções já pouco identificáveis. Numerosas pesquisas que efectuamos em variados locais, permitiram pôr a descoberto as pedras que serviram de fundação e suporte de muitas obras de outrora, que permanecem enigmáticas. Das poucas que se puderam identificar, referimos especialmente os alicerces da antiga fortificação, do convento dos jesuítas, e os paços ou capela dos reis do Congo, bem como as paredes remanescentes da antiga Sé do Congo que o Papa ali fundou as instâncias do rei de Portugal (BATALHA, 2008, p. 13).

¹⁰ RUÍNA da Igreja de S. Salvador (Sé). 1961. Sem autoria, no entanto, possivelmente, obra de Fernando Batalha. Entrada no AHU: PT- IPAD-MU-DGOPC-DSUH-1992-01479.

Para Batalha, o passado pré-português não merecia atenção, sendo o interesse da cidade a presença portuguesa, “Seria de grande interesse expor aqui a vinda plurissecular do reino do Congo desde a chegada dos Portugueses, até porque nada se conhece do que se passou antes” (BATALHA, 2008; p. 13). Posteriormente, a situação lamentável dos templos também foi resultado da ação portuguesa, de abandono da região, que deixando os povos se governarem, levou a região ao caos social e à destruição da inicial civilização portuguesa.

Sem o apoio e intervenção Portuguesa, o famigerado reino do Congo entrou em caótica decadência, desfazendo-se por contínuas lutas fratricidas de pretendentes ao trono, numa geral e imparável desorganização. Mercê desta incontrolável situação, a famosa capital real do Congo, “A dourada S. Salvador”, também designada por “Cidade dos Sinos”, a primeira urbe do hemisfério sul, desagregou-se e desapareceu para sempre, sacrificada pelas ambições de seus pretensos e auto proclamados reis do Congo (BATALHA, 2008, p. 14).

Suas pesquisas arqueológicas (Fig. 5, 6 e 7) – sem precedentes até pouco tempo – foram fundamentais para concluir este ciclo de interpretações sobre a cidade, encerrando na monumentalização um papel muito claro da cidade como patrimônio concebido, construído e abandonado pelos portugueses.



Figura 5 - “Algumas bases de apoio de uma antiga construção conventual que pôde ser identificada pela sua composição e por documento existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que descreve a construção e a identifica como obra dos missionários jesuíta.



Figura 6 - “Degraus de uma escada rústica e trechos de outras construções que se descobriram pelas escavações, que o autor deste livro dirigiu ao serviço do Departamento dos Monumentos Nacionais em diverss áreas de S. Salvador” In: Batalha, 2008.



Figura 7 - “Troço das antigas muralhas que protegiam S. Salvador, descoberto na segunda metade do século xx pelo Departamento de Monumentos Nacionais de Angola. In: Batalha, 2008.

Os kongo foram coadjuvantes em toda a história da cidade, não sendo dignos de menção pela sua falta de civilização. Todos os logros da cidade foram exclusivamente realizados pelos portugueses, provado pelas escavações arqueológicas. Até a Yala-Nkuwu, a árvore sagrada Kongo, foi interpretada como uma metáfora do colonialismo português pelo rei Gama:

(...) a constante acção benéfica e civilizadora desempenhada por esta Missão Católica Portuguesa. Nesta obra gigantesca que, no sentir do Musikongo, é considerada como uma árvore plantada no centro do Reino do Congo e que os vendavais jamais podem derrubar. (...) É a voz daquela árvore majestosa cujos ramos dispersos simbolizam a vastidão outrora do reino do Congo e a dispersão dos seus filhos: majestosa árvore crescida, desde há séculos, à frente daquele

Palácio dos Reis, que nos fala de como a Cruz soube levar às almas revoltas, a paz e a serenidade.¹¹

As ruínas, mesmo antes da nomeação como *Monumento Nacional*, já eram utilizadas pela igreja católica da cidade para realizar celebrações, e após a nomeação, o interesse católico se intensificou, e por muitas vezes, através de seus periódicos, estes solicitavam do Estado Colonial português a reconstrução da igreja para servir a celebrações católicas, retomando ideias do século XIX:¹²

Em gesto nobre, humano e cristão, mandaram celebrar uma Missa cantada de Réquiem pelo repouso eterno dos horados (sic) monarcas e fizeram uma romagem ao Cemitério dos Reis do Congo, junto às ruínas da 1ª Sé em África, para o qual tivemos há dias o prazer de formular votos para que seja restaurada para ali se desenrolarem ao menos aos domingos, as esplendorosas cerimônias da verdadeira Religião de Cristo.¹³

Encontram-se em S. Salvador do Congo as ruínas da 1ª Sé Episcopal ao sul do Equador neste mapa triangular da África, os quais, meritoriamente, foram, em boa hora, consideradas Monumento Nacional. Se estas ruínas têm para Portugal um significado especial, (...) seria justo que se restaurassem, pois ali se desenrolam anualmente, nos festejos de 15 de Agosto, os sagrados Mistérios do Catolicismo. (...) S. Salvador do Congo (...) precisa indiscutivelmente duma ampla igreja, ou então que se lhe restaurem as ruínas da antiga Sé. E porque não fazê-lo dando-se o caso de ali se poderem celebrar os sagrados mistérios?¹⁴



Figura 8 - Visita às ruínas da primeira Igreja de S. Salvador. Diário da Viagem do Presidente Américo Thomaz às Províncias de Angola e S. Tomé e Príncipe, 1963.

¹¹ DE S. Salvador do Congo: Palavras proferidas pelo Rei do Congo nos festejos do Padre Antônio Barroso. O APOSTOLADO, 13 de fevereiro de 1957, p. 3.

¹² O missionário Barroso e o administrador Faria Leal citaram desejo do clero da época em restaurar a Igreja para uso.

¹³ DE S. Salvador do Congo. O APOSTOLADO, 16 de outubro de 1957, p. 3.

¹⁴ DE S. Salvador do Congo. O APOSTOLADO, 26 de julho de 1958, p. 3.

Durante a guerra colonial, as ruínas da Sé representando a história portuguesa na cidade, serviam também como fonte de inspiração-conhecimento para a tropa portuguesa estacionada na cidade. Em alguns jornais publicados pelos diferentes agrupamentos podemos notar alguns desenhos sobre a ruína conjuntamente com à reprodução de textos da bibliografia já citada:



Figura 9 - Desenhos das ruínas da Sé do Congo em revista da tropa militar. O FACHO, fevereiro de 1966 e maio de 1966.

A historiografia colonial portuguesa sobre o reino do Kongo, e em especial a cidade de Mbanza Kongo, no século XX, foi marcada por duas fases. A primeira, seguiu uma continuidade da narrativa do século XIX (MÁXIMO, 2018), que entendia a cidade como sede de um reino do Kongo poderoso, consistindo em um Estado organizado, cujos portugueses, por sua maestria da diplomacia e superioridade, conseguiram dominar e avassalar para os seus domínios. As ruínas atestavam este momento de domínio português e sujeição de um reino soberano aos valores superiores europeus, representados pela construção em pedra, pela adoção de costumes monárquicos europeus e principalmente pela religião católica.

A partir dos anos 40, uma série de textos começaram a serem publicados sobre a cidade, pautados principalmente na vivência dos seus autores na colônia de Angola, e particularmente no então Congo Português, onde realizaram suas interpretações a partir de uma realidade empírica, generalizada para o passado. Propuseram então uma ruptura das análises anteriores, a não reconhecer o reino do Kongo como sendo uma organização kongo, mas inventada pelos portugueses. Todos os “méritos” e “conquistas” apontados anteriormente pelos autores coloniais, não teriam mais uma origem local, mas sim um própria criação e execução portuguesa.

Temos como hipótese que esta ruptura entre as narrativas se tenha originado e, principalmente, consolidado pelos autores que se encontravam na linha de frente da luta pela história e pelo passado da região. Eles tinham que responder a versão da história que se propagava, e os desafiava, a partir do núcleo de pesquisa histórica da ABAKO – chefiado a partir de meados dos

anos 1950 por Raphael Batsikama. E eles conheciam e acompanhavam a narrativa congoleza.¹⁵ Os autores portugueses procuraram, com a sua narrativa histórica de invenção do reino, desqualificar as demandas políticas feitas pelos grupos independentistas restauracionistas, como a ABAKO, a UPNA, NGWIZAKO (VERHAEGEN, 2003; MARCUM, 1969; MÁXIMO, 2019b; MÁXIMO, 2017, especialmente capítulo 4)

As ruínas da Sé do Congo não seriam mais o resultado de um domínio político, mas uma ideia, construção e idealização portuguesa em S. Salvador. As igrejas se tornam exemplares da tentativa de se criar uma civilização nova, a partir de elementos europeus, trazendo ordem ao caos através da criação de um Estado; e civilizar através dos valores morais do catolicismo.

Todas estas ideias da época se consolidaram com a monumentalização de S. Salvador nos anos 1950. As ruínas da Sé do Congo conseguiram o seu espaço definitivo dentro do Estado colonial angolano. Passaram a ser preservadas e valorizadas pelo seu significado dentro da narrativa histórica, um vestígio português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio. **Relação com os Dembos: das Cartas do Dembado de Kakulu-Kahenda**. Lisboa: Sociedade Nacional de Typhographia, 1938.

ARCHER, Maria. **Roteiro do Mundo Português**. Lisboa: Edições Cosmos, Lisboa, 1940.

BATALHA, Fernando. **Povoações históricas de Angola**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CUNHA, J. M. da Silva. **Missão de estudos dos movimentos associativos em África: relatório da campanha de 1957**. Lisboa: Centro de Estudos Políticos da Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

FARIA LEAL, José Heliodoro. Memórias D'África. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**. Lisboa, 32^a série, nº10, outubro de 1914.

FELGAS, Major Hélio Esteves. **Esboço Monográfico do Congo Português**. Carmona: Ed. do autor, 1959.

FELGAS, Major Hélio Esteves. **História do Congo Português**. Carmona: Gráfica do Uíge, 1958.

FIGUEIRA, Luiz. **África Bantu: raças e tribus de Angola**. Lisboa: Oficina Fernandes, 1938.

GALVÃO, Henrique. **Outras terras, outras gentes (Viagens na África Portuguesa: 25.000 km em Angola)**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco. 1942.

¹⁵ Em um documento produzido pelo administrador de São Salvador do Congo, datado de 30/05/1956, destinado à *Polícia de Segurança Pública de Angola*, cita: “Os muxicongos anceiam (sic), por ter ver unificado o seu antigo potentado (...) S. Salvador do Congo que, NESSA ÉPOCA ERA CONHECIDO, como ainda hoje pelos indígenas eruditos das regiões limítrofes, por CONGO DIA NGUNGA.” PT-AHD-MU-GM-GNP-RNP-0235-01631

HOLDEN, W. C. **The Past and Future of the Kaffir Races**. Londres: Ed. do autor, 1866.

JOHNSTON, Harry. **George Grenfell and the Congo**. New York: Appleton & Co. 1910.

LEMOS, Alberto. **História de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 1929.

MARCUM, John. **The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)**. Cambridge/Mass. & Londres: MIT Press. 1969.

MATTOS, Jose d'Almeida; DE BRITO CAMACHO, Manuel. **O Congo Português e as suas riquezas**. Lisboa: Edição do Autor, 1924.

MÁXIMO, Bruno Pastre. **Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MAXIMO, Bruno Pastre. A paisagem de São Salvador do Congo e o discurso colonial português frente a Conferência de Berlim (1884-1885). **Vestígios. Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n.1, p. 5-29, 2018

MÁXIMO, Bruno Pastre. Um lugar entre dois mundos: paisagem ideativa em Mbanza Kongo, Angola. In: SANTOS, Vanicléia; SYMANSKI, Luís; HOLL, Augustin. (Org.). **Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana**. 1ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019^a, p. 101-130.

MÁXIMO, Bruno Pastre. Comentários acerca do partido político NGWIZAKO. **Revista de Fontes**, v. 5, n.8, p. 64 – 75, 2019b.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Niterói: Editora Vozes, 2019.

QUINTINHA, Julião. **Crônicas e impressões duma viagem jornalística nas colônias portuguesas: Africa misteriosa; crônicas e impressões duma viagem jornalística nas colônias da Africa portuguesa**. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1929.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

VERHAEGEN, Benoit. **L'ABAKO et l'indépendance du Congo belge: Dix ans de nationalisme kongo, 1950-1960**. Paris: Editions L'Harmattan. 2003.

VILLAS, Gaspar Ribeiro do Couto. **História Colonial**. Vila Nova de Famalicão: Grandes ateliers gráficos "Minerva," de G. Pinto de Sousa & irmão, 1938.

DOCUMENTOS

A.C.J. Do Passado ao futuro de São Salvador do Congo. O APOSTOLADO, 18/02/1939.

A.T. O Reino do Congo. Missões de Angola e Congo. Braga, ano I, vol. 4, maio-junho de 1921.

CUNHA, J. M. da Silva. Movimentos Associativos entre os indígenas de Angola. Relatório não publicado. 1956. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, nº de chamada: IPAD-MU-ISAU-2794-07179.

CUNHA, Manuel. Os primeiros bispos negros. Boletim da Diocese de Angola e Congo. nº 29, 1939.

DE S. Salvador do Congo: Palavras proferidas pelo Rei do Congo nos festejos do Padre Antônio Barroso. O APOSTOLADO, 13 de fevereiro de 1957.

DE S. Salvador do Congo. O APOSTOLADO. 26 de julho de 1958.

PINHO, Moysés Alves de. Carta do Sr. D. Moyses: aos nossos aspirantes. Missões de Angola e Congo, Braga, ano XVII, número 11 e 12, novembro e dezembro de 1937.

PINHO, Moysés Alves de. Carta do Sr. D. Moyses: aos nossos aspirantes. Missões de Angola e Congo, Braga, ano XVI, número 5, maio de 1936.

RODRIGUES, Antônio do Nascimento. Relatório da Inspeção ao Conselho de S. Salvador do Congo. 1959. Não publicado. Entrada no Arquivo Histórico Ultramarino: A2.49.002-40.002.66

RUÍNA da Igreja de S. Salvador (Sé). 1961. Sem autoria, no entanto, possivelmente obra de Fernando Batalha. Entrada no Arquivo Histórico Ultramarino: PT- IPAD-MU-DGOPC-DSUH-1992-01479

Recebido em: 21/10/2019

Aprovado em: 14/02/2020